



**PORTARIA Nº 01 DE 06 DE MARÇO DE 2014**

**Dispõe sobre a regulamentação da utilização dos recursos de informática e redes do CISBRA, visando estabelecer uma política de segurança dos dados e informações da instituição e a privacidade efetiva dos usuários.**

O Superintendente do CISBRA, no uso de suas atribuições legais (cláusula 31ª, § 1º, do Protocolo de Intenções), visando estabelecer uma política de segurança dos dados e informações do CISBRA e a privacidade efetiva dos seus usuários,

**RESOLVE:**

**TÍTULO I  
CAPÍTULO I  
DA UTILIZAÇÃO**

**Art. 1º** A presente política visa estabelecer a segurança e racionalização na utilização dos recursos computacionais no âmbito do CISBRA.

**Parágrafo único.** A utilização destes recursos está relacionada às funções dos usuários e à prestação de serviços das Unidades Administrativas.

**Art. 2º** Para obter o acesso à rede e recursos de informática, o empregado público deverá preencher e assinar a ficha cadastral com o termo de compromisso, contido no Anexo I, em que manifesta conhecimento, concordância e comprometimento com este regulamento.

**Parágrafo único.** O cadastramento do usuário para acesso se dará após conhecimento e autorização do superior imediato.

**CAPÍTULO II  
DOS USUÁRIOS**

**Art. 3º** São considerados usuários autorizados para utilização dos sistemas de informações e das redes de computadores, todos os empregados do CISBRA além dos servidores das prefeituras que o compõem.

**Parágrafo único.** Compete à Assessoria de Tecnologia da Informação a concessão de autorizações de acesso ao que se refere o "caput" deste artigo, mesmo àquelas de caráter especial ou por tempo determinado, desde que esta utilização esteja de acordo com as determinações deste regulamento.





### **CAPÍTULO III** **DAS RESPONSABILIDADES INDIVIDUAIS**

**Art. 4º** Nenhum usuário poderá ter acesso, copiar, alterar ou remover arquivos de terceiros sem autorização explícita do usuário a quem os arquivos pertençam.

**Parágrafo único.** Ressalvam-se do dispositivo previsto no "caput" deste artigo, os casos especiais protegidos por lei ou regulamento.

**Art. 5º** O usuário é responsável por sua identificação na rede corporativa (login) e deverá protegê-lo de acessos de terceiros através de senhas secretas e procedimentos de segurança.

**Art. 6º** O usuário é inteiramente responsável pelo uso de sua conta de acesso à rede, senha e outros tipos de autorização, que são de uso individual e intransferível, e não podem ser compartilhados com terceiros.

**Art. 7º** O usuário é responsável pela manutenção de senhas seguras, devendo seguir normas e procedimentos padronizados e divulgados pela Assessoria de Tecnologia da Informação.

**Art. 8º** O usuário é totalmente responsável por ações indevidas que venham a ser efetuadas a partir de sua conta de acesso à rede, caso alguém obtenha o acesso à sua conta devido a não utilização de senhas seguras.

**Art. 9º** É vedado ao usuário autorizar acesso de terceiros aos recursos de informática ou rede do CISBRA, executando, instalando ou modificando a configuração de software ou hardware, sem a prévia autorização da Assessoria de Tecnologia da Informação.

**Art. 10.** Não é permitido o uso de dispositivos particulares nos computadores do CISBRA, como: pen drive, cartões de memória, discos rígidos (HD) externos, dentre outros. Caso haja a necessidade de usar um dispositivo removível para transferir informações que estejam diretamente relacionadas a atividades administrativas ou profissionais, deve ser usado pen drive fornecido pelo CISBRA.

**Art. 11.** Ao instalar ou transferir conteúdo para um computador do CISBRA, seja via internet, pen drive ou qualquer outro dispositivo, o usuário tem o dever de respeitar a propriedade intelectual e os direitos autorais (pirataria), sob as penas previstas em lei.

**Art. 12.** O usuário assumirá a responsabilidade por dano causado por algum procedimento de iniciativa própria de tentativa de modificação da configuração, física ou lógica, do computador e/ou rede sem a autorização expressa da Assessoria de Tecnologia da Informação.

**Art. 13.** Nenhum usuário pode, sob quaisquer circunstâncias, usar computadores e redes do CISBRA para difamar, caluniar ou molestar outras pessoas.

**Art. 14.** Entende-se por molestamento o uso intencional dos recursos de informática ou redes para:





I - perturbar, amedrontar, ameaçar ou ofender pessoas usando linguagem ou qualquer outro mecanismo ou material que comprometam a integridade física ou moral do receptor ou de sua família;

II - contatar alguém várias vezes com a intenção de perturbá-la, enviando ou não mensagens, seja quando não existe uma proposta de comunicação ou quando o receptor expressa o desejo de finalizar a comunicação;

III - não disponibilizar recursos computacionais de forma intencional;

IV - invadir a privacidade do CISBRA, seus usuários ou de terceiros.

§ 1º Os usuários não podem, deliberadamente, sobrecarregar os recursos computacionais ou de rede corporativa do CISBRA.

§ 2º É vedado ao usuário conectar via cabo, wireless, ou através de qualquer outro mecanismo: celulares, computadores ou similares de qualquer espécie, à rede de computadores do CISBRA sem notificação e autorização da Assessoria de Tecnologia da informação, assim como acessar a Internet por outro provedor que não seja o do CISBRA.

**Art. 15.** É dever do usuário ter ciência do potencial e das possíveis consequências da manipulação de informações que acessa e/ou utiliza.

#### **CAPÍTULO IV DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES**

**Art. 16.** O acesso especial a senhas, informações ou outros privilégios só podem ser usados para o exercício de tarefas oficiais, como supervisão e administração das redes.

**Art. 17.** Informações obtidas por meio de direitos especiais e privilégios devem ser tratados como privativas e totalmente confidenciais pelos administradores de rede, que responderão por qualquer uso indevido.

**Art. 18.** Ao deixar de ser empregado do CISBRA, ou ao ser nomeado para assumir uma nova função e/ou novas responsabilidades, o usuário não poderá fazer uso de benefícios, contas, senhas de acesso, direitos especiais ou informações aos quais não está autorizado em sua nova situação.

**Parágrafo único:** Privilégios especiais não são incorporados permanentemente aos direitos dos usuários.

**Art. 19.** A Assessoria de Tecnologia da Informação poderá suspender todos os privilégios de determinado usuário em relação ao uso das redes e computadores sob sua responsabilidade, por razões disciplinares ou relacionadas à segurança dos dados e informações e ao bem-estar dos empregados do CISBRA.





**Art. 20.** Todos os computadores conectados à rede do CISBRA ou das unidades administrativas devem obedecer aos procedimentos padronizados estabelecidos pela Assessoria de Tecnologia da Informação.

**Art. 21.** É facultado aos administradores de rede o acesso a todos os equipamentos ligados à rede, de forma a ser possível a realização de procedimentos de auditoria, controle, manutenção e segurança que se fizerem necessários.

**Art. 22.** Havendo necessidade de realizar download de arquivos do **tipo** ou **extensão** citados no artigo 27, onde estes estejam relacionados diretamente à atividades administrativas ou profissionais, o usuário deverá comunicar a Assessoria de Tecnologia da Informação para que esta disponibilize o conteúdo.

## CAPÍTULO V DAS PROIBIÇÕES

**Art. 23.** Os usuários não podem utilizar qualquer software ou outro dispositivo para interceptar ou decodificar senhas ou similares.

**Art. 24.** É proibida toda e qualquer tentativa deliberada de retirar o acesso à rede ou a qualquer recurso de informática do CISBRA, ou de prejudicar o seu rendimento.

**Art. 25.** É proibido o encaminhamento para manutenção terceirizada de qualquer equipamento sem conhecimento e autorização do responsável pela Assessoria de Tecnologia da Informação.

**Art. 26.** É proibido autorizar acesso aos equipamentos ou sistemas a qualquer pessoa sem conhecimento e autorização do responsável pela Assessoria de Tecnologia da Informação.

**Art. 27.** É proibido realizar download de arquivos dos **tipos** a seguir:

I - Programas/instaladores em geral, como: .exe, .msi, .bat, .dll, .iso, .bin, .cab, .com, .sys, .scr, .reg, .zip, .gz, .tar, .7z, .rar, .001, .002, .00X, dentre outros;

II - Músicas em geral, como: .mp3, .wav, .wma, dentre outros;

III - Vídeos em geral, como: .mpeg, .mpg, .rmvb, .avi, .vob, .mp4, .mov, .wmv, dentre outros;

IV - Entretenimento ou jogos;

**Art. 28.** As informações desenvolvidas pelos funcionários no ambiente de trabalho pertencem ao CISBRA. Toda informação pertencente ao CISBRA, deve ser mantida na instituição. Nenhuma informação (inclusive e-mails, documentos, etc) deve ser levada de dentro da instituição, via pen drive, disco externo (HD externo), dentre outros. Também não é permitido o envio dessas informações do CISBRA para sites de armazenamento de arquivos, como google drive, sendspace, 4shared, dentre outros. Vale ressaltar que esta prática não é permitida para arquivos originais e nem para cópias de arquivo. Só é permitida a saída de informações de dentro da instituição nas situações:





**I -** Em casos em que o uso dessas informações seja de cunho profissional, como palestras, visitas a instituições ligadas ao CISBRA, etc.

**II -** Realização de Backup das informações do CISBRA em disco rígido (HD) externo.

**Art. 29.** O empregado público ao se desligar do CISBRA, não tem direito de excluir ou levar de dentro da instituição nenhuma informação, nem mesmo aquela que foi desenvolvida por ele.

**Art. 30.** Salvo caso relacionado diretamente a atividades administrativas ou profissionais, é considerado conteúdo inapropriado para acesso, através da infraestrutura de informática do CISBRA, qualquer software que contenha referências a:

**I -** Mensageiros on-line (chat), como: MSN\Hotmail, Facebook Messenger, gtalk, skype, e qualquer outro software de conversação;

**II -** Conteúdo sob demanda (streaming de vídeo);

**Art. 31.** É considerado conteúdo inapropriado para acesso, através da infraestrutura de informática do CISBRA, sem exceção, qualquer software de compartilhamento de arquivos (peer to peer), como: Bit Torrent, Emule, etc.

## **CAPÍTULO VI** **DA CLASSIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS**

**Art. 32.** É considerado como procedimento grave:

**I -** criar ou propagar quaisquer tipos de Praga Virtual;

**II -** danificar serviços e arquivos;

**III -** destruir ou danificar intencionalmente equipamentos, software ou dados pertencentes ao CISBRA ou a outros usuários;

**IV -** obter acesso a qualquer recurso não autorizado;

**V -** destituir e/ou instituir direitos para outros usuários;

**VI -** instalação de software não autorizado;

**VII -** gravar dados pessoais nos equipamentos do CISBRA.

**§ 1º** É proibida a veiculação de nomes de empresas, instituições ou pessoas junto aos sistemas de informação do CISBRA que não estejam oficialmente reconhecidas através de convênios de cooperação ou parceria acadêmica, técnica ou científica.

**§ 2º** É proibida a utilização dos recursos de informática e redes para fins particulares, ou em benefício de organizações que não tenham relação com o CISBRA.

**Art. 33.** É considerado inapropriado para acesso, através da infraestrutura de informática do CISBRA, qualquer conteúdo que contenha referências a:





- I - nudez total ou parcial;
- II - atos sexuais;
- III - pornografia ou pedofilia;
- IV - erotismo;
- V - terminologia de baixo calão;
- VI - violência;
- VII - racismo;
- VIII - satanismo e ocultismo;
- IX - intolerância;
- X - extremismo;
- XI - materiais ilegais ou dados que levem a condutas ilegais;
- XII - cassinos e jogos de azar;
- XIII - sites de "hacker's";
- XIV - salas públicas de conversação on-line (chat);
- XV - serviços de intermediação de navegação (navegação com IP diferente);
- XVI - sites de relacionamentos;
- XVII - jogos on-line;
- XVIII - redes sociais;
- XIX - Sites de compras;

## CAPÍTULO VII DOS PROCEDIMENTOS E DAS SANÇÕES

**Art. 34.** A ficha cadastral contida no anexo I deverá ser arquivada na pasta funcional do empregado e as informações nela constantes não poderão ser utilizadas para qualquer finalidade não relacionada ao controle, à segurança e à integridade dos sistemas.

**Art. 35.** Os usuários e a Assessoria de Tecnologia da Informação têm o dever de denunciar qualquer desrespeito a este regulamento, tomando imediatamente as seguintes providências:

- I - comunicar ao superior imediato, à direção da unidade administrativa e ao responsável pela Assessoria de Tecnologia da Informação;





**II** - manter o sigilo, para garantir a segurança e a continuidade da aplicação das sanções.

## **SEÇÃO I DAS INCIDÊNCIAS E CONSEQUÊNCIAS**

**Art. 36.** O primeiro incidente envolvendo um usuário, será tratado a nível da Assessoria de Tecnologia da Informação, o qual tomará as providências previstas nesta Portaria ou em normas internas, com posterior registro da ocorrência.

**Art. 37.** Reincidências e incidentes considerados graves deverão ser tratados pela Assessoria de Tecnologia da Informação, o qual informará o caso à Superintendência do CISBRA, caso necessário, para determinação das sanções a serem impostas, com posterior registro da ocorrência.

## **SEÇÃO II DAS PENALIDADES**

**Art. 38.** Penalidades Nível I (leve): As leves serão advertidas por escrito ao usuário infrator com uma cópia ao seu superior hierárquico.

**Art. 39.** Penalidade Nível II (reincidências e grave): A reincidência ou a constatação de infração grave será encaminhada à Superintendência do CISBRA, para as providências administrativas competentes.

**Art. 40.** Todas as demais violações às normas, ainda que não expressas, poderão ser punidas com suspensão temporária ou permanente de privilégios de acesso aos recursos computacionais após avaliação da gravidade da infração.

**§ 1º** Caso as infrações às normas de segurança impliquem também em falta disciplinar, o assunto será objeto de apuração e solução mediante a aplicação das normas existentes no CISBRA.

**§ 2º** As sanções impostas não isentam o infrator de outras cominações legais.

## **TÍTULO II CAPÍTULO I DA COMPETÊNCIA DA ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**Art. 41.** As atribuições pertinentes à Assessoria de Tecnologia da Informação estão previstas no artigo 13 da Estrutura Administrativa Organizacional e Regulamento Geral de Pessoal do CISBRA.





### **TÍTULO III** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 42.** Toda estrutura administrativa deverá observar as disposições da presente Portaria, sob pena de incorrer nas penalidades previstas.

**Art. 43.** O tempo máximo de inatividade de uma conta é de 3 (três) meses.

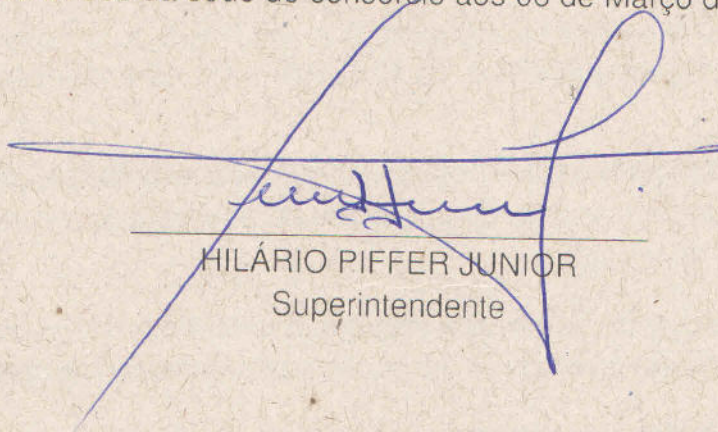
**§ 1º** - As contas inativas serão excluídas automaticamente após esse período ou quando se fizer necessário.

**§ 2º** - Cabe a Assessoria de Tecnologia da Informação do CISBRA providenciar mecanismos para controle do disposto no "caput".

**Art. 44.** Casos omissos a este regulamento serão tratados pela Assessoria de Tecnologia da Informação em conjunto com a Superintendência.

**Art. 45.** Esta Portaria entra em vigor em 06 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Publicada no quadro de avisos da sede do consórcio aos 06 de Março de 2014.



HILÁRIO PIFFER JUNIOR  
Superintendente





**ANEXO I - PORTARIA Nº 01 DE 06 DE MARÇO DE 2014**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

**POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE INFORMÁTICA**

Eu, \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Setor: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

Declaro ter conhecimento, concordância e comprometimento de acatar esta política na utilização dos recursos de informática (rede, computadores, internet, e-mail corporativo, dentre outros) do CISBRA.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Funcionário

Amparo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_